



Modernização Política e Questão Social - Diagramas do Poder Local.

*Irlys Alencar Firmo Barreira**

O artigo discute as transformações recentes na política cearense vigentes no âmbito das últimas gestões estaduais de Tasso Jereissati e Ciro Gomes. Análise, a partir da indagação sobre o que há de novo na política cearense as especificidades existentes no campo político que demarcam mudanças em relação às formas tradicionais do sistema coronelista.

Com base em discussões teóricas sobre a modernidade e ex-

clusão social, discute os paradoxos da transformação política em uma região marcada por desigualdades sociais.

Menos que uma avaliação sistemática das mudanças políticas nos vários espaços da vida social, o artigo constitui um ensaio preliminar, a partir do qual emergem questões necessárias ao desenvolvimento de novas pesquisas.

Evidências de uma Ruptura

Afirmar atualmente o Ceará como modelo de mudanças na estrutura de poder tornou-se um lugar comum. Mais que isso, a percepção da região cearense como exemplo exceção dos descaminhos da política nacional, coloca para o observador a necessidade de superar o impacto das visões impressionistas. Sabe-se, no entanto, que visões impressionistas são frutos da proximidade de tempo e lugar em relação ao objeto observado. No campo específico da política, tais proximidades produzem referências normativas idealizadas, fazendo com que as reflexões sobre a gestão do poder sejam percebidas como um ritual de reprovação ou

* Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará

consentimento.

No caso específico da política cearense, a divergência de opiniões atravessa não só o espaço acadêmico como o senso comum localizado em diferentes regiões. No centro-sul, afirmações elogiosas sobre "a nova política no Ceará" conflitam muitas vezes com opiniões do senso comum cearense, que consideram a imagem divulgada na imprensa e televisão não correspondente à realidade.

Na trilha sinuosa das opiniões divergentes, a observação sociológica caminha na busca de ultrapassar esses sentimentos iniciais de normalização ou ideologização, que atravessam a condição comum de cidadão.

As ideias apresentadas no presente texto constituem reflexões iniciais a serem aprofundadas no plano de pesquisas sistemáticas. As questões formuladas de maneira ampla são pontos de partida, que certamente induzirão o debate e talvez ajudem a desvendar a difícil tarefa de discutir a política cearense sob o "calor dos acontecimentos".

Em um contexto de classificações demarcadas segundo percepções polarizantes, não deixa de ser um ato de ousadia discutir um processo político ainda em curso. Processo que, ao longo do tempo,

dissipará nuances e definirá comparativamente as diferentes formas históricas de poder, com seus efeitos mais nítidos sobre a vida social.

O que há de novo na política cearense é uma indagação que permeia não só o ambiente acadêmico, mas, também, segmentos da sociedade preocupados em entender as transformações recentes no âmbito das práticas de poder.

Foi sob o signo da ruptura, expresso no slogan "governo das mudanças", que o grupo de empresários, liderados por Tasso Jereissati (hoje presidente nacional do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) ocupou a cena política cearense. Tal proposta, ancorada não só em grupos empresariais mas, também em intelectuais, partidos de esquerda e outros setores organizados da sociedade civil, impôs-se como "nova forma de fazer política". Esta forma, baseada em uma representação simbólica temporal, definida a partir de um "antes e depois", apresentou uma oposição clara às formas tradicionais de poder aglutinadas em torno do coronelismo.

A construção dessa modificação não pode ser vista como expressão peculiar e única do novo grupo no poder. Ela é fruto de uma trajetória anterior, vigente desde

o momento em que forças diversas da sociedade civil e política pontuavam a necessidade de impor rumos diferentes às práticas de poder local. Desse modo, é importante ressaltar que o discurso que se notabiliza pelo ataque aos coronéis e ao coronelismo já havia se explicitado por diferentes segmentos políticos, sendo que, pela primeira vez, tornou-se elemento substantivo da estratégia de legitimação de um candidato originário do setor empresarial.

As mudanças que se constroem no campo político podem ser melhor visualizadas se incursionarmos em um passado cujas marcas fundamentais apontam a existência de um Nordeste das oligarquias (Oliveira, 1977). De fato, este Nordeste tem na história do Ceará um espaço fecundo, na medida em que o coronelismo de base urbana e rural corporificou uma forma tradicional de mando político.

São os coronéis, chefes políticos que ocupam cargos de representação vinculados aos governos estadual e municipal, que expressam a dinâmica de um poder perpetuado ao longo do tempo.

Essa forma de poder, marcadamente rural, consolidou também estratégias no meio urbano: a construção de obras públicas visando interesses particulares, ou a

proliferação de órgãos de planejamento como espaço de corporificação de grupos no poder. A formação de clientelas através do crescimento vertiginoso do funcionalismo público, caracterizou também um outro ítem das ações tradicionais de exercício do poder.

Embora o termo coronelismo seja muito amplo para incluir diversas estratégias econômicas e políticas, que diferenciam personalidades como Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra, alguns elementos comuns caracterizam o conjunto de suas práticas.

Entre esses elementos destacam-se a vinculação estreita entre espaços públicos e privados no exercício do poder político. A divisão do trabalho político se expressa, nesses termos, principalmente através da escolha dos quadros da administração estadual e municipal, baseada em compromissos eleitorais e não na competência. Esta prática tem analogia com o que Weber denominou de divisão estamental do poder (1974).

A história do Ceará comporta nessa configuração, um significativo cenário de acordos políticos consolidados através de alianças familiares extensivas a amigos, parentes, enfim, a todos aqueles que participam do circuito de compromissos. As bases do poder

aparecem, assim, sedimentadas e naturalizadas na contínua reprodução das elites dirigentes, que perdura até um período bem recente.

O resultado das eleições municipais, (em 1985, vitória de Maria Luiza Fontenele, candidata do PT à Prefeitura de Fortaleza) e estadual (em 1986, vitória de Tasso Jereissati, candidato do PMDB para o governo do Estado) sinaliza modificações nesse contexto, que são acompanhadas de um discurso de ruptura.

De fato, uma observação das campanhas televisivas e jornalísticas que acompanham as candidaturas de Maria Luiza Fontenele, de Tasso Jereissati e também de Ciro Gomes para a Prefeitura, em 1988, demonstra a "ruptura com os coronéis" como significante fundamental que dá suporte à emergência de novos atores políticos. (Barreira, 1993).

O período de governo de Tasso Jereissati é acompanhado de uma expansiva retórica, que atravessa os meios de comunicação, saindo do âmbito local para projetar-se de forma nacional. A imagem do Ceará como terra dos coronéis e da "indústria da seca", começa a dar lugar a uma imagem de administração "moderna, competente e comprometida" com a justiça social. Exemplo de que a

vontade política de um grupo supera a tradição e vicissitudes de ordem econômica e social que caracterizam o Estado do Ceará.

A evidência de um imaginário político pontua sobretudo colocações que são feitas fora da região cearense. Não é exagerado afirmar que é, sobretudo nesse espaço externo, que a imagem da competência administrativa adquire contornos mais contundentes.

Indagar sobre o que há realmente de novo, contrapondo discurso e prática, poderia ser, talvez, o caminho mais evidente de análise. Entretanto, se considerarmos que a própria produção discursiva faz parte dessa nova forma de governar, saímos da concepção de que o discurso é mera aparência da prática. Além do mais, é importante considerar que todo imaginário político precisa de bases objetivas para subsidiar sua credibilidade.

A construção ideológica que cerca essa aura de novidade promove conflitos entre os que, desejosos de mudanças, sentem que elas não se traduzem em melhorias de qualidade de vida, sendo, por esse motivo, consideradas como mero objeto de retórica. No caso de funcionários públicos, professores da rede estadual e outros segmentos profissionais, o descontentamento aparece em razão do con-

trole salarial, acompanhado de uma reforma na rede de órgãos públicos envolvendo realocação do pessoal empregado. Trata-se de uma proposta baseada na rentabilidade e na retração de custos com efeitos impactantes, levando-se em consideração o crescimento do funcionalismo público ao longo das gestões políticas anteriores.

Saindo de segmentos descontentes da classe média rumo aos movimentos populares rurais e urbanos, a situação é mais complexa. O aceno governamental para práticas participativas e a utilização de programas sociais efetivados através de políticas públicas, repõem novas formas de conflito. Este será um ponto discutido mais adiante.

A formulação de uma retórica argumentativa, os mecanismos de produção de imagem, as estratégias de administração de recursos públicos são, entre outros, indicadores de que estamos diante de algo, que poderia ser nomeado de novo modo de gerir e pensar a política. Aqui torna-se importante refletir sobre como definir os termos dessa mudança.

A definição sobre o que é mudança social e política, no âmbito da sociologia, sofre de uma espécie de síndrome da elasticidade. No caso de transformações consideradas pontuais, o termo mu-

dança parece muito forte. Em direção contrária, as grandes transformações evidenciam rupturas que ultrapassam a mera caracterização de mudança. A aplicação do conceito exige, portanto, uma explicitação de sentido com base em referências empíricas e teóricas.

A perspectiva de que mudanças políticas eram reflexos de alterações amplas, no plano da estrutura, dominou diferentes investigações, voltadas para analisar a passagem de um sistema produtivo a outro. A partir de tal compreensão, as mudanças políticas necessitavam buscar suportes explicativos de origem, capazes de justificá-las como resultado, causa de uma alteração de cunho estrutural.

No caso específico da política cearense, interpretações jornalísticas ou de caráter acadêmico sobre a "revolução burguesa no Estado do Ceará", podem ser vistas como parte dessa tentativa de imprimir às transformações no poder, uma visão clássica da passagem da hegemonia latifundiária para a capitalista industrial. A amplitude dessa interpretação impede, no entanto, que se perceba a dinâmica do poder com suas especificidades, nem sempre traduzíveis pelo contexto estrutural produtivo. Torna-se necessário, portanto, uma teorização de médio

alcance, capaz de qualificar as mudanças políticas em suas especificidades, envolvendo interações e distanciamentos com outros campos da sociedade. As grandes transformações estruturais históricas já demonstraram o quanto alterações políticas, culturais e econômicas não caminham em trilhas convergentes.

Supõe-se, assim, que o campo político tem suas especificidades, meandros e manhas que Weber, em várias de suas obras, procurou caracterizar, a partir da compreensão das diferentes formas de dominação e supostos de legitimidade. Mais recentemente, Bourdieu (1989 ou 1991) pensou o campo político como lugar de concorrência e interação entre agentes que reivindicam, a partir de diversas estratégias, movidas por posições e situações, um lugar de hegemonia.

No contexto peculiar da política cearense, cabe perguntar a partir de que ângulo é possível identificar aspectos de mudança. Buscá-la como resultante de alterações econômicas traz complicações, na medida em que não é possível identificar um processo de transformação industrial, que resulte de forma imediata em mudança no âmbito do poder. Pesquisa recente (Lemenhe, 1994) revela que, não obstante as raízes latifundiárias da dominação coro-

nelista, os grupos tradicionais do poder local, têm feições modernizantes em termos econômicos, a exemplo da família Bezerra, que tem investimentos em capital bancário e industrial. Nesse sentido, a possibilidade de mudança de hegemonia política responde tanto a uma gradativa supremacia do capital industrial, como a transformações que operam na própria estrutura de poder. Trata-se de uma outra forma de dominação, que combina elementos de ordem econômica, política e simbólica, sinalizando o esgotamento de um padrão de poder no universo das classes dominantes. Caracterizar essas mudanças como sendo de continuidade "por vias modernas" ou de ruptura, ajuda pouco a elucidar as metamorfoses políticas em suas dinâmicas específicas. A análise sobre a emergência de novos atores, estratégias e proposições referentes à forma de gerir o Estado, deve constituir o fio condutor, a partir do qual se torna possível compreender a versão contemporânea do poder local.

Com base nesses argumentos consideramos três aspectos essenciais para caracterizar o processo de mudança nas práticas de poder. Um primeiro refere-se à dimensão de visibilidade que acompanha as estratégias de atuação do poder. A veiculação na imprensa, a propaganda televisiva e tudo o

que se refere à construção de uma "boa imagem", sintetizam o slogan: "O Ceará mudou".

Um segundo aspecto refere-se ao surgimento de uma conexão entre políticos, empresários e intelectuais, que representa a presença de novos atores no cenário do poder. O fato de empresários se reunirem enquanto grupo e se constituírem como liderança, estabelece um princípio de hegemonia grupai, não obstante as diferenças internas a esse espaço. A rearticulação da esfera política local responde, no entanto, a uma conjuntura nacional permeada por valores vindos de uma sociedade civil emergente. Cidadania, povo e mudança constituem referentes de um capital político e simbólico produzidos em diversos espaços da vida social, passíveis de serem apropriados por agentes com disponibilidade para o exercício do poder. Tudo se passa como se o caráter privado da política perdesse credibilidade e, em seu lugar, fossem se formando interesses de âmbito nacional. A ampliação do espaço da política configura uma terceira característica que fundamenta a visibilidade do poder estadual cearense. Se tomarmos como reflexão a perda de legitimidade do poder tradicional, verificamos, na década de 80, duas vertentes políticas cearenses, que são antagônicas em suas estratégias, mas acenam com perspecti-

vas de ruptura. A versão da prefeita eleita pelo Partido dos Trabalhadores-PT, Maria Luiza Fontenele, que preconiza a gestão do "novo com o povo", sucedida pelos ideais de "competência, racionalidade e participação", preconizados pelo prefeito Ciro Gomes, eleito para a prefeitura em 1988. De um lado, o discurso de ruptura se viabiliza pela utopia de uma esquerda voltada para o futuro. De outro, o realismo político preconiza a viabilidade do presente, nos ideais de competência e racionalidade. A presença desse novo espaço, inicialmente configurado a partir de duas vertentes políticas, é expressão da necessidade de outros canais de credibilidade e legitimidade, distintos dos convencionais.

Se consideramos que a retórica regionalista mostrava a região Nordeste, principalmente o Ceará, como um exemplo de falência administrativa, reforçado por um atraso econômico secular, os aspectos que contradizem essa concepção promovem uma espécie de "desregionalização" baseada no argumento de racionalidade administrativa. A própria base industrial que dá sustentáculo ao grupo político emergente, reforça uma outra articulação entre espaços de poder de base local e nacional. É importante ressaltar que, não obstante a recessão econômica, o Ceará constrói sua gestão administrativa, utilizando grande parte

de recursos próprios, saindo, portanto, do circuito de dependência ao governo federal, que tinha efeitos políticos nas formas de reprodução do poder.

Modos de Fazer e Pensar a Política

Quando um grupo de empresários reativa o Centro Industrial Cearense (CIC) em 1978 e constrói, a partir dessa dimensão associativa, uma inter-relação com a política, estamos diante de uma estratégia diferente de poder. Tal estratégia potencializa um novo capital político e simbólico, que se materializa em discursos e regras de competência distintas das habituais. As bases anteriores de reprodução do poder, que se cristalizavam por filiação partidária ou laços de fidelidade, são substituídas por critérios que afirmam qualidades intelectuais e experiência administrativa. Os novos atores políticos têm formação universitária em cursos de economia e administração. Em geral, são também dirigentes de empresas modernas, que empregam operários qualificados (Acioly, 1990).

Em 1986, a eleição do novo governador cria de forma efetiva um marco de inserção dos "novos" empresários no cenário político cearense. O "Governo das Mu-

danças" expressou a articulação de novos atores na vida política local.

A imagem que o "grupo das mudanças" vai construindo no cenário político tem consonância com uma expectativa geral, por parte da população, de um governante com características diferentes, capaz de superar o momento de desmonte da credibilidade dos chamados coronéis. Esse é um ponto importante a ser destacado, na medida em que serve para desmistificar a idéia de que as rupturas são fruto exclusivo de ações pessoais. As expectativas de mudança são, assim, um referencial para se entender o quadro de forças que dá suporte a uma situação de ruptura. Em termos teóricos, ressalta-se a importância de associar atores e cenários, considerando os primeiros como expressão não linear do dinamismo de uma época.

Estamos em um período de revitalização da política, momento em que dimensões valorativas que apontam o "novo" passam a compor a lógica discursiva de diferentes atores no campo da política. As características que integram esse momento de explicitação de práticas de poder, ao lado da formulação de projetos, podem ser resumidas do seguinte modo:

- Entrada na política de pes-

soas vindas de experiências profissionais diversificadas.

- Estratégias discursivas que apontam uma construção temporal de ruptura.

- Presença de entidades organizadas da sociedade civil que funciona como mecanismo de pressão.

É nesse esteio que o referido grupo empresarial "capitaliza" os rituais de seu tempo, aglutinando intelectuais, alguns setores organizados dos movimentos sociais e partidos políticos tradicionais e de oposição. Em termos de expressão de classe, a burguesia parece ter recuperado sua identidade na face percebida como dinâmica e carregada de futuro.

A interrelação entre capital político e capital econômico promove a vigência de uma racionalidade (no sentido weberiano), que tem por consequência uma equação de custos e benefícios em distintas áreas de atuação. Assim, o investimento político em áreas cujo retorno oferece visibilidade, ao lado da racionalização de custos econômicos, dão subsídios a uma intensa produção de imagem: "os atores da política moderna". Nessa perspectiva, o Ceará passa a fazer parte de um projeto de modernização vigente no país, que bebe nas fontes da proposta neo-liberal ou social democrata. O lado curioso dessa evidência são as especi-

ficidades regionais, que frequentemente estão a repor os antigos dramas da exclusão social. O projeto de modernização acolhe com dificuldades as cenas do analfabetismo, da seca e da pobreza que se arrastam como fantasmas do passado. Ainda que muitos vivos.

Paradoxos de uma Exclusão

A vigência de um novo grupo que emerge no cenário político, em uma região edificada com alicerces de atraso e pobreza, provoca, de início, uma grande curiosidade. Esta acontece a partir desse significativo encontro entre uma lógica de modernização no espaço das estratégias políticas, ao lado de uma situação cotidiana de desigualdades sociais, que se naturalizam no nível do senso comum. A temática das desigualdades, que parece fora de moda, foi objeto de discussão em várias teorias preocupadas em explicar as disparidades regionais. Essas teorias acentuaram, sobretudo, a variável econômica como base de explicação. Posteriormente, a teoria da dependência vai incorporar a dimensão política como sendo essencial na reprodução das desigualdades de caráter regional, nacional e internacional. Talvez não seja exagerado afirmar que, por conta do considerado atraso econômico, a

dimensão política foi percebida como sendo apenas o coroamento das formas tradicionais de subordinação econômica. Em outras palavras, a dominação política tradicional ou patrimonial seria uma espécie de condição de reprodução das desigualdades: a política a serviço do latifúndio ou de formas menos visíveis de dominação econômica.

É importante considerar que, nessas discussões, o Ceará atua como protagonista até um determinado momento menos relevante no Nordeste, por situar-se em posição industrial inferior diante dos Estados de Pernambuco e Bahia. Posteriormente, um dinamismo comprovado na diversificação industrial modifica essa idéia.

As transformações recentes no plano da política cearense, que parecem descoladas de um patamar anterior de desenvolvimento social e econômico, capaz de lhe servir de suporte, tornam complexa uma configuração precisa sobre os elementos de ruptura, a partir dos quais novos atores ocupam o poder. Mesmo supondo-se que transformações no âmbito do poder não constituem resultados lineares de modificações na economia ou na sociedade, uma certa "antecipação" da política coloca interrogações ao olhar analítico. Esse descompasso entre áreas que

se modernizam e outras que, sendo tradicionais, repõem formas de exclusão social, coloca para o olhar analítico a necessidade de comparação e adequação entre diversos níveis de mudança. É o caso de indagarmos sobre as condições, a longo prazo, de um paradigma de modernização em um contexto de extrema pobreza e exclusão de direitos de cidadania. Esse descompasso entre modernização, seus efeitos discursivos e eficácia, são indutores de percepções de que ou "nada mudou" ou "tudo mudou". Além do mais, o ideário presente nas propagandas, que enfatiza a existência de uma mudança radical, provoca a emergência de opiniões contrárias.

Na realidade, a explicitação desse ideário formalizado em discursos e imagens televisivas, incluindo slogans e propagandas, torna evidente a presença de um outro modo de pensar e representar a política. Contrapondo-se a uma perspectiva de matriz ideológica mais explícita e situada à esquerda, que propunha uma forma de atuação a favor dos excluídos. Essa nova forma de fazer política assume um lugar de fala representativa, ampla, porque se efetiva em nome do regional e do nacional. Executar obras de impacto, modernizar a economia, são ações que representam o espaço do fazer em oposição ao que era considerado simples elaboração

discursiva de uma crítica sem propostas concretas. Com efeito, uma das marcas do estilo de fazer política de Tasso Jereissati e de seu sucessor, Ciro Gomes, é a ênfase conferida à eficiência administrativa, que se traduz na prioridade dada ao "saneamento das finanças públicas". Tal prioridade aparece através de um esforço no sentido de racionalizar o uso da máquina estatal, que é direcionado tanto para aumentar a arrecadação como para diminuir as despesas, cuja redução se dá através de cortes no funcionalismo público e do controle salarial. A folha de salários, que era de 52,4% em 1987, caiu para 30,7% em 1990 (Oliveira e Smith, 1994).

As prioridades de racionalização dos custos e operacionalidade da máquina administrativa enquadram-se no que poderia ser nomeado de modernização política. Talvez seja esse o efeito mais visível de uma transformação que se notabiliza pela capacidade de gerenciamento de recursos. Trata-se de um tipo de gestão considerada ideal no Brasil dos anos 80: a superação da crise fiscal pelo controle e racionalização dos custos administrativos.

As transformações no plano da racionalidade da máquina administrativa não autorizam a conclusão de que todas as formas convencionais de exercício da política

foram modificadas. Um posicionamento a respeito desse ponto exigiria uma pesquisa complexa, capaz de responder sobre a permanência ou desaparecimento de estratégias políticas, que são parte da história do poder local. Entre a apologia do moderno, que representa uma estratégia de legitimação, e as transformações reais, que de fato apontam rupturas no exercício da política, talvez exista uma distância a ser investigada, levando em conta os paradoxos de uma realidade que não se enquadra facilmente nos paradigmas clássicos da ciência política. Alguns pressupostos teóricos podem servir de subsídios ao exame dessas questões.

Modernidade, Política e Exclusão Social

Modernidade é um conceito controvertido. Por se contrapor à noção de tradição, engloba, a partir de uma cisão dual (antes e depois), uma junção em uma mesma categoria de contextos históricos e políticos extremamente diferenciados.

No âmbito da política, a discussão da modernidade traz alguns pressupostos importantes à análise. O Estado asseguraria a construção de um espaço de representação baseado em leis, direitos e

critérios de cidadania. Esta teria sido a conquista da sociedade burguesa que, ao separar os espaços do público e do privado, fez aparecer na história a possibilidade de discussão de regras, princípios e direitos que regem a vida cotidiana do cidadão (Lefort, 1983). Com isso, tornou efetiva a possibilidade da democracia, capaz, de acolher o convívio das diferenças, em substituição ao livre arbítrio: a soberania do político ao invés da política do soberano. Uma racionalidade normativa (para usarmos uma expressão de Habermas) acompanha o surgimento e desenvolvimento de um espaço público, que Hannah Arendt (1987) caracterizou como sendo o lugar de exercício da cidadania.

À dimensão idealizada dessa perspectiva de modernidade, bastante cara aos ideais do liberalismo junta-se também os paradoxos da modernidade. O totalitarismo mostra a supremacia da violência sobre a política, ou a razão técnica instrumental se coloca acima dos ideais éticos e normativos.

Nesse sentido, as reflexões de Lechener (1990) são relevantes para se pensar os novos dilemas colocados a respeito dos processos de integração e desintegração na América Latina, configurados no binômio modernidade versus modernização. Para este autor, a modernidade, com os valores de

uma racionalidade normativa (incluindo soberania popular e direitos humanos) estaria minimizada por conta da modernização, baseada na racionalidade técnico-instrumental: o predomínio do cálculo baseado em custo, benefício, eficácia, produtividade e competitividade. A modernização imposta pela necessidade de adequar as economias locais às exigências do mercado internacional, estaria ocorrendo à custa da exclusão de amplos setores sociais marginalizados do mercado e da proteção estatal.

A partir de pressupostos semelhantes, Hannah Arendt (1988) já havia colocado as dificuldades de consolidação de instituições democráticas por conta da existência de uma pobreza excluída dos canais de participação política. Considerando a pertinência dessas formulações às questões até então discutidas, torna-se relevante pensar os efeitos dessa nova forma de fazer política no plano das desigualdades e exclusão sociais.

As reflexões teóricas a respeito da política no Estado moderno, trazem como pressupostos a idéia de que existem condições mínimas de igualdade, capazes de propiciar espaços de cidadania. Em uma situação de acesso desigual a direitos de participação política e, mesmo, à condição de sobrevivência para grande parte da população, a gestão governamen-

tal fica pressionada por duas perspectivas. De um lado, a modernização, que implica investimentos públicos racionais, visando ganhos políticos e econômicos. De outro, o necessário tratamento à questão social fora do estatuto da caridade aos desassistidos, que, ao longo da história, tem caracterizado muitos programas governamentais.

Com base na pergunta feita por Lechener sobre a compatibilidade entre modernidade e modernização, podemos indagar, para o nosso caso, como articular modificações no plano da política cearense com a existência de desigualdades econômicas e sociais. Em outras palavras, como entender essa situação paradoxal que aglutina elementos da modernidade, da modernização e da própria tradição. Em termos de um olhar analítico ainda preliminar, é possível encontrar no contexto local algumas características próximas a modernidade política, tais como a construção de um espaço de comunicação com setores organizados da sociedade civil: empresários, movimentos populares e categorias profissionais. Outras categorias seriam típicas do fenômeno da modernização, a exemplo da racionalização administrativa, da política fiscal e da tentativa de integração da economia local no âmbito nacional.

Se quisermos contemplar uma caracterização mais complexa encontraremos também indícios de uma pós-modernidade, que se apresenta no peso crescente da imagem como estratégia de ação política. É essa junção de lógicas diferenciadas no plano do pensar e fazer política, que evoca a imagem de temporalidades distintas no interior de um mesmo contexto, dando às vezes a impressão de que aqui também presenciamos a existência de "idéias fora do lugar". A antiga questão social comparece à cena, mostrando os paradoxos advindos da presença de espaços sociais e políticos diferenciados.

Ainda a Velha Questão Social

A convivência simultânea entre transformações na esfera administrativa-financeira e pobreza, com suas repercussões na defasagem de oferta de serviços básicos traz à tona a existência da velha questão social. Dados da pesquisa do IPEA sobre indicadores de indigência no Brasil revelam que as regiões metropolitanas de Fortaleza (25,5%) e Recife (25,2%), são as que exibem os mais elevados índices de indigência familiar (cf. *Jornal do Brasil* 14-9-93)

Outras informações da Se-

cretaria do Trabalho e Ação Social do Governo do Estado do Ceará, de maio de 1992, atestam que o crescimento da população favelada nos anos de 1985-91 foi de 53,5%. A intervenção governamental através de programa de mutirão e recuperação de moradias, atingiu apenas 10% do universo de favelas. A grande presença de crianças que desenvolvem estratégias variadas de sobrevivência nas ruas, revela um ressurgimento da questão social. Trata-se de pensar a dimensão social, que é objeto de intervenção, e aquela que fica fora das políticas sociais.

No caso das formas de intervenção governamental em bairros da periferia urbana, o sistema de seleção das entidades associativas acaba produzindo privilégios e, com isso, gerando novos conflitos. O reconhecimento de espaços associativos organizados em entidades, criou uma comunicação antes inexistente entre Governo e movimentos sociais. Essa dinâmica de relacionamento reconhece a legitimidade de processos associativos, mas restringe as demandas aos princípios de aplicação contidos nos programas. Trata-se de uma política da escassez (Barrreira e Braga, 1991), configurada não só pela precariedade de atendimento. Nesse contexto, as reivindicações recortadas e setorializadas, conforme a lógica dos programas, têm provocado conflitos

entre diferentes entidades. Não mais reivindicações coletivas, que caracterizavam os movimentos sociais da década de 80, e sim, direitos conformados à lógica dos programas. Tais conflitos, no entanto, não invalidam a constituição de um espaço público, que se apresenta a partir da substituição de contatos individualizados entre poderes públicos e população por interlocutores coletivos.

A evidência de problemas sociais, que não podem ser atribuídos unicamente à atual gestão política, aponta o desencontro entre espaços que se modernizam e outros que reproduzem o esquema clássico da exclusão social. Por outro lado, a presença de quadros diversificados dentro de uma mesma galeria, não se restringe aos efeitos de gestão política. Fortaleza é uma cidade que complexificou seu quadro industrial, sofisticou padrões de consumo e se firmou como pólo turístico relevante. Nesse sentido, aproxima-se do fenômeno similar as metrópoles brasileiras. Difere, no entanto, de experiências que, paulatinamente, construíram seus espaços geográficos, culturais e políticos. Essa aceleração de modificações, que parece aglutinar-se sem patamares anteriores de sustentação, dá idéia de uma mistura de tempos sociais e políticos, dificultando uma caracterização nítida das transformações em curso. Investimentos atuais feitos na área

de saneamento, bem como campanhas de vacinação em massa que valeram o prêmio da UNICEF, podem ser vistos como tentativas por parte do governo do Estado de construir um alicerce de acolhimento para a expansão urbana. Seria importante pesquisar sobre investimentos na área rural, incluindo efeitos sobre as formas produtivas convencionais, como é o caso da economia de subsistência do pequeno produtor.

A discussão desses pontos que se desloca das "urgências administrativas", leva a pensar sobre as propostas de gestão governamental vigentes nos últimos anos. Fortaleza viveu dois momentos discursivos: o da promessa de utopia, exemplificado no governo da prefeita Maria Luíza Fontenele e o discurso que enfatiza a competência: o fazer no presente ou "o futuro que chegou". Essas expressões, que se solidificaram em forças sociais e ideológicas, evidenciam a necessária análise de projetos administrativos para além da imagem que projetam para a sociedade. Nessa perspectiva, o saber sociológico pode contribuir para relativizar opiniões radicais que frequentemente aparecem em situações de ruptura. Modernização política e exclusão social são temas difíceis de uma agenda recentemente construída e, talvez por isso, de difícil discussão.

Considerações Finais

Mais que uma conclusão sobre o significado sócio-político que caracteriza a atual estrutura de poder no Ceará, torna-se relevante, nos termos deste artigo, sistematizar algumas idéias já colocadas anteriormente.

Inicialmente, é válido enfatizar que a desnaturalização das bases de poder tradicional, vigentes tanto no campo (Barreira, 1992) como na cidade, tem sua expressão mais visível na emergência de uma nova articulação entre empresários e gestão governamental. As modificações nas bases de reprodução do poder, implicam em mecanismos de ampliação da política que passa a incorporar agentes e proposições, gestadas no espaço local e nacional. Trata-se de uma ampliação que afirma a importância do espaço público, potencializando a elaboração de conflitos e o reconhecimento das diferenças.

As transformações políticas acentuam, no entanto, as vicissitudes de nossa modernidade paradoxal, marcada por enormes diferenças sociais, econômicas e culturais. A modernização política incorpora demandas sociais básicas, mas repõe a dualidade entre inclui-

dos e excluídos. Nesse sentido, o Ceará toma também uma feição nacional em seus cenários de incorporação e exclusão de espaços da vida social.

A equação entre modernização política e questão social é, portanto viabilizadora de antigos e novos paradoxos. Antigos, porque coloca o problema de uma pobreza mal alimentada, que sustentou ao longo do tempo formas de repro-

dução do poder através de práticas clientelistas. Novos, porque os preceitos de eficiência e racionalidade trazem submetidas as questões do para que e para quem.

É nesse sentido que a política aproxima-se da ética e, através desse encontro, repõe uma agenda de questões que apontam o lado conflitivo, contraditório e inacabado da ordem social,

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLY, Rejane (coord).

1990. *Voto rural e movimentos sociais no Ceará: sinais de rupturas nas formas tradicionais de dominação?* Fortaleza NEPS.

ARENDT, Hannah

1987 *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense

1987 *Da Revolução*. Brasília, Ática-UNB.

BARREIRA, César.

1992 *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro, Rio Fundo.

BARREIRA, J, BRAGA, E.

1991 *A política da escassez: lutas urbanas e políticas sociais governamentais*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Stylus.

BARREIRA, J.

1993 Ideologia e gênero na política: estratégias de identificação em torno de uma experiência. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, n.3.

BOURDIEU, P.

1989- 1981 Representation politique - Elementes pour une théorie du champ politique en la representation politique, *Actes de la Recherche*, Paris, 36-37.

CARVALHO, I.

1987 *O Nordeste e o regime autoritário - discurso e prática do planejamento regional*. São Paulo, HUCITEC-SUDENE.

DIÓGENES, G.

1992 *Ciro Gomes: há algo de novo na modernidade*. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 16 Caxambú.

LEAL, Vítor Nunes.

1978 *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Alfa-Ômega.

LECHENER, Robert.

1990 *Modernidade e modernização são compatíveis? Lua Nova*, São Paulo, CEDEC, 21.

LEFORT, Claude.

1987 *A invenção democrática*. São Paulo, Brasiliense.

LEMENHE, Auxiliadora.

1994 *O (caso) dos coronéis: tradição e modernidade na política cearense*, Brasília, (Tese de doutorado).

OLIVEIRA, Francisco de.

1977 *Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo, Paz e Terra.

OLIVEIRA, Roberto e SMITH, Aécio.

1994 "O ajustamento do setor público do Ceará" In: *A FACE excludente do governo Ciro Gomes*. Fortaleza, IMOPEC (Série propostas alternativas, n.2).

PARENTE, Josênio.

1989/90 "Projetando a hegemonia burguesa: organização e expansão política dos industriais cearenses". *Revista de Ciências Sociais* Fortaleza, v. 20/21, n. 1/2.

SCHWARTZMAN, Roberto.

73

1982 *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Campus, 1982.

WEBER, Max.

1991 *Economia sociedade*. Brasília, DF, Ed. Universidade de Brasília, v.1.